



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 2º Quadrimestre de 2022.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 07 de outubro de 2022, às 11h, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** o Deputado Ricardo Nicolau, Presidente da CAE, Deputado Serafim Corrêa e Deputada Alessandra Campelo, ambos membros efetivos. O Presidente da comissão declarou aberta a audiência pública e ressaltou sobre a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a audiência é realizada em cumprimento à Lei. Em seguida, repassou a palavra secretário da SEFAZ, Alex Del Giglio para dar início à apresentação.

Com a palavra o Secretário da Fazenda, Alex Del Giglio disse que audiência seria feita como de costume, em seguida repassou a palavra ao secretário do Tesouro, Luis Otávio da Silva. Na oportunidade agradeceu a presença dos Deputados.

Com a palavra o Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva cumprimentou os presentes, informando que iniciaria a apresentação e, em seguida, abriria a perguntas, cumprimentando o Deputado Ricardo Nicolau e a Deputada Alessandra Campelo e Deputado Serafim Correa.

Iniciou apresentando resultados fiscais constantes no relatório fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2022. Em primeiro plano, apresentou o total de despesa liquidada até o 2º quadrimestre, somando-se em 16,36 Bi, os quais foram divididos em quatro grandes grupos de despesas, tomando referência despesa liquidada em relação ao total liquidado do Poder Executivo. No primeiro plano, em relação aos Encargos Especiais (22%); seguiu destacando o segundo grande grupo que foi a Educação (18%) e em seguida Saúde (16%), logo após, quarto grupo destacou Previdência (12%). Fez um comparativo do 2º Quadrimestre de 2022 com 2º Quadrimestre de 2021, tiveram uma variação de R\$ 4.066 Mi, em percentual de 27%. Despesa com Pessoal, uma variação de R\$ 804 Mi, percentual 14% de aumento, Distribuição Constitucional aos Municípios, uma variação de R\$ 267 Mi de aumento, percentual de 12%. Informou que obtiveram uma variação de investimento de R\$ 754 Mi, um percentual de 192%. Quanto ao Repasse legal aos Poderes, tiveram uma variação R\$ 163 Mi, 11% em percentual.

Logo após, apresentou os Indicadores Fiscais importantes presentes no 2º Quadrimestre de 2022: Índice de Pessoal na ordem de 42,44%, Educação 26,41%, Saúde 21,40% e Dívida Consolidada/RCL 19,25%. Com relação ao comparativo com os gastos com saúde empenhados no 3º quadrimestre de 2022, parâmetro com 3º quadrimestre de 2021, saíram de 2,45 R\$ Bi para 2,64 Bi. Ressaltou que a despesa total com pessoal do Poder Executivo ficou abaixo do limite prudencial após 7 anos. Informou que em relação à gestão fiscal que o estado é signatário do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF do Governo Federal. Relatou que aqueles eram os indicadores macro em relação aos índices fiscais e finalizou.

Com a palavra o Presidente Ricardo Nicolau lembrou que em sua primeira audiência pública o prognóstico do estado era péssimo, todavia, os ajustes foram feitos com remédios ruins. Ressaltou que em razão de sua responsabilidade com o estado fez parte do prognóstico positivo no orçamento do estado. Afirmo que o que chamou sua atenção foi o aumento de 192% em investimentos, informando que essa seria a mola para crescimento do estado. Parabenizou a equipe da SEFAZ e questionou qual a análise econômica para o ano que vem em relação aos índices apresentados. Afirmo que houve uma diminuição gigante em relação ao

ICMS dos combustíveis e da energia, perguntou, também, quais são as expectativas para isso.

Com o palavra Alex del Giglio, informou que é difícil prever, mas afirmou que houve um crescimento conjuntural, com uma inflação acima do que se esperava, uma taxa de câmbio que se depreciou e tudo isso corroborou para que tivesse uma arrecadação mais robusta. Por outro lado, houve uma redução nacional instituída pela LC 191 e LC 194, depreciando impostos em quatro setores fundamentais como: combustível, energia, transporte e telecomunicação. Ato contínuo, afirmou que se esperava um primeiro semestre muito difícil, pois seria comparado com seis meses de um ano robusto, com seis meses que irão enfrentar os impactos da diminuição dessas alíquotas, esperava-se que a inflação reduziria e o câmbio se estabilizaria. Em razão disso, seria um desafio e já estariam estudando alternativas para mitigar esses efeitos.

Com a palavra, o Deputado Serafim Correa cumprimentou todos, parabenizando a equipe da SEFAZ, parabenizando principalmente pelo grande feito de adequarem-se ao gasto de pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, informou preocupar-se com o aumento dos gastos com Previdência, alegando que parece ser consequência do fundo financeiro, que o estado precisa pagar para aqueles que entraram até 2004. Informou que a Previdência é o quarto maior gasto do Estado, o qual deveria ser segurança, alertou que esse número não pode continuar a crescer em razão dos inúmeros servidores que estão prestes a se aposentar. Em seguida, perguntou quem são os cinquenta maiores credores do estado através de precatórios e quais são os cinquenta maiores devedores.

Com a palavra, Alex del Giglio, concordou que a questão da previdência é preocupante, concordou que é consequência do fundo financeiro e afirmou que será necessário pensar em alguma lei ou alternativa diante desse crescimento exponencial, mas informou que assim como o Governo Federal, foi adotado a questão do teto do INSS. Em relação aos precatórios, informou que será necessário trabalhar com a ALEAM um limite dos precatórios para que não comprometa o bom funcionamento do Estado. Sobre a lista que recebem todo ano do Poder Judiciário é possível identificar quais são os principais credores e informou que irá divulgar a partir da semana que vem.

O Deputado Serafim Correa sugeriu a criação de mecanismo de vendas de precatórios do Estado na mesma forma que fez a União e da mesma forma que fez o Estado de São Paulo. E por último, questionou quando serão chamados os concursados aprovados.

O Secretário Alex informou que sobre a transação, deve ser apresentada uma minuta à ALEAM, tanto em relação aos devedores e credores, como para poder creditar a terceiros. Sobre os concursados, informou que serão chamados a partir do ano que vem de forma escalonada para não atingir o limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a palavra, o Deputado Ricardo Nicolau informou que a questão da previdência foi negligenciada ao longo dos anos, e questionou por quanto tempo foi recolhido efetivamente as contribuições para previdência do Amazonas.

Em seguida, o Secretário Luiz Otávio informou que no Portal de Transparência, o Deputado Serafim poderia achar os dados que procurava e afirmou que conforme a Constituição Federal o Estado deveria pagar esses precatórios até 31 de dezembro de 2022, todavia, o estado adimpliu com todas as listas de precatórios em setembro. Disse, ainda, que a implantação do Regime de Previdência que está disponível aos servidores públicos estaduais, estão todos sujeitos ao teto do INSS, e se aderirem ao Regime de Previdência Complementar, terão sua contribuição majorada. Afirmo que o regime traz capitalização ao Estado e rentabilidade.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Com a palavra, a Deputada Alessandra Campelo agradeceu aos presentes e informou que o Amazonas irá perder com a ausência dos deputados Ricardo Nicolau e Serafim Correa na Assembleia Legislativa, e fez suas considerações.

Logo depois, o Secretário de Fazenda Alex Del Giglio, em suas considerações finais agradeceu a presença de todos e afirmou que os três deputados presentes estão entre os melhores da Assembleia Legislativa do Estado, fez suas alegações finais e repassou ao Presidente da CAE.

Repassada a fala, o Presidente da CAE fez suas alegações finais, agradecendo a todos os presentes, informando que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida, colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM à disposição, que mesmo longe da Assembleia, estará sempre disposto a participar de discussões para a melhoria do nosso Estado. Continuou dizendo, que durante esses quatro anos na presidência cumpriu seu papel, e que os membros da Comissão, inclusive suplentes, foram devidamente convidados para as referidas audiências, e que os mesmos tiveram posse de todos os relatórios encaminhados pela SEFAZ. Concluiu que as Atas das audiências realizadas, sempre foram entregues tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM), cumprindo, portanto, a exigência legal. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 2º Quadrimestre 2022.

Ricardo Nicolau

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

